EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA DE BELÉM

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, por seu 3º Promotor de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo de Belém, que esta subscreve, com endereço profissional na Rua Ângelo Custódio, nº 36, bairro da Cidade Velha, nesta capital, CEP 66015-160, onde receberá, pessoalmente, as comunicações processuais, legitimado pelos artigos 129, inciso III, e 225, *caput* e § 3º da Constituição da República e com fundamento nas Leis Federais nº 6.938/81 e 7.347/85, vem, perante Vossa Excelência, propor

AÇÃO CIVIL PÚBLICA condenatória em obrigação de fazer e de não fazer, **com pedido de liminar de TUTELA ANTECIPADA**, em face do

MUNICÍPIO DE BELÉM, pessoa jurídica de direito público interno, representada por seu Excelentíssimo Senhor Prefeito, **ZENALDO COUTINHO** e por seu Procurador-Geral, a ser citado no Palácio Antônio Lemos – Praça D. Pedro II s/n – Cidade Velha; pelos fatos e fundamentos jurídicos a seguir expostos:

1. DO ACOMPANHAMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Tramita no 3º cargo da Promotoria de Justiça de Urbanismo, desde o ano 2013, o inquérito civil nº 000176-113/2013 (retificado recentemente para procedimento administrativo de acompanhamento de política pública), para acompanhamento da regulamentação e revisão da Lei do Plano Diretor Municipal. As questões desta ação civil pública são resultantes desse acompanhamento e integrantes desse procedimento.

Em razão de suas atribuições constitucionais e da natureza da matéria, o Ministério Público atua no campo das questões urbanísticas e acompanha as atividades do Conselho de Desenvolvimento Urbano e a política urbana do Município de Belém.

2. DO PLANO DIRETOR E DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E O DIREITO À CIDADE

O Plano Diretor do Município de Belém de 2008 (Lei 8.655, de 30 de junho de 2008), assim como seu antecessor, prevê a criação de um conselho gestor para discussão e deliberação sobre as temáticas das questões urbanas, denominado de Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (doravante também denominado CDU), regulamentando o Estatuto da Cidade e a participação política no exercício do direito à cidade.

O direito à cidade é dimensão integrante e relevante dos direitos humanos – ampliando em muito o alcance de todas as Declarações de direito e estabelecendo as bases de um novo contrato social. E, nesse contrato, a participação popular, assim com a função social da propriedade e a livre expressão das identidades individuais e coletivas, são partes essenciais como o conteúdo do direito à cidade.

O CDU, após vinte e quatro anos de sua primeira previsão legal, foi finalmente regulamentado pela Lei Municipal n. 9.313, de 31 de julho de 2017, que trata de sua composição e funcionamento, dando efetividade a participação social na gestão e planejamento públicos urbanos. Essa lei prevê a composição paritária de dezoito membros – nove do Poder Público e nove da Sociedade Civil Organizada.

Ainda passou mais de um ano depois da sua regulamentação, em julho de 2018, para ser lançado o Edital de Convocação para formação do conselho e em 22 de outubro de 2018 foi divulgado o resultado final do processo de eleição e a definição das nove entidades representantes da sociedade civil eleitas para compor o CDU, o qual foi instalado oficialmente pelo Prefeito de Belém e iniciando suas atividades no final de 2018.

Entre outras, o CDU possui, de acordo com Parágrafo único do artigo 1º. da Lei nº 9.313/2017 um amplo leque de atribuições:

As atribuições do CDU, descritas no Art. 199 da Lei nº 8.655, de 30 de junho de 2008, são as seguintes:

I - analisar, debater, deliberar e participar dos processos de elaboração e revisão do Plano Diretor do Município de Belém, da lei de uso e ocupação do solo e outras regulações urbanísticas;

II - apreciar e deliberar sobre as propostas de detalhamento, leis e demais instrumentos de implementação do Plano Diretor do Município de Belém;

III - acompanhar e avaliar a elaboração e execução das operações urbanas, a aplicação dos instrumentos urbanísticos, os consórcios públicos e privados, os planos e projetos de intervenção urbana em habitabilidade e infra-estrutura;

IV - apreciar as propostas do Plano Plurianual (PPA) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), quanto aos recursos consignados para a execução das estratégias estabelecidas no Plano Diretor e sugerir mudanças para atender a sua execução;

V - acompanhar a execução financeiro-orçamentária municipal relacionada às estratégias e prioridades estabelecidas no Plano Diretor;

VI - acompanhar os resultados de monitoramento da evolução urbana e avaliar os impactos do Plano Diretor do Município de Belém;

VII - sugerir ajustes e mudanças nas estratégias e prioridades do Plano Diretor do Município de Belém, segundo os resultados do controle, avaliação e acompanhamento;

VIII - acompanhar a elaboração, implementação e monitoramento dos planos setoriais, zelando pela integração das políticas em questão;

IX - solicitar a promoção de conferências e assembleias territoriais sobre assuntos de interesse público;

X - solicitar informações aos órgãos do Poder Público Municipal e convidar autoridades administrativas para prestar informações e esclarecimentos nas sessões de controle, acompanhamento e avaliação da gestão do Plano Diretor.

Como se vê claramente e na melhor exegese do direito, tais atribuições constituem uma listagem exemplificativa e não exaustiva pois o CDU, ao analisar, debater, deliberar e participar dos processos de elaboração e revisão do Plano Diretor do Município de Belém (PDB), da lei de uso e ocupação do solo e outras regulações urbanísticas; e de apreciar e deliberar sobre as propostas de detalhamento, leis e demais instrumentos de implementação do Plano Diretor do Município de Belém, apreciar propostas orçamentárias e outros processos de decisão, alcança toda a matéria relativa à gestão da cidade como espaço de vida, daí a essencialidade da participação política da sociedade civil na busca de qualificar e legitimar essas decisões. Daí, também, incluir a sua atribuição a matéria do item seguinte.

3. O PROCESSO DE ESCOLHA PARA UM NOVO MANDATO – REGRAS, CALENDÁRIO E COMISSÃO ELEITORAL – DEVE SER DELIBERADO PELO PRÓPRIO CONSELHO

De acordo com o disposto no artigo 2º. da Lei Municipal nº 9.313, de 31 de julho de 2017 (regulamento da Lei nº 8.655, de 30 de julho de 2008):

Art. 2º (...):

§ 1º O mandato dos membros do CDU é de dois anos, renováveis por igual período, com exceção do(s) membro(s) nato(s) do poder público cujos mandatos terão a duração do exercício de seus respectivos cargos. (...)

§ 3º As entidades representantes da sociedade organizada serão convocadas por edital específico, o qual definirá os critérios do processo eleitoral para a indicação dos representantes de cada categoria.

Instalado no ano de 2018, transcorridos dois anos, o mandato da atual composição do CDU foi concluído no mês de novembro.

A partir da instalação e existência da primeira composição do Conselho, o processo de eleição dos Conselheiros – regras, calendário e comissão eleitoral – deve ser deliberado pelo próprio Conselho.

De fato, em face da natureza da matéria, da atribuição do CDU e da necessidade de regulamentar a eleição para a escolha dos representantes da sociedade organizada que integrarão o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano - CDU, nos termos do §3º, do citado art. 2º, tal pauta deveria ter sido encaminhada ao pleno do Conselho, para debater e deliberar sobre o processo de escolha de forma regular.

A matéria é de grande relevância pois trata exatamente do procedimento que garante a composição correta do próprio Conselho!

Em face da vasta, complexa e importante atribuição do Conselho só se pode mesmo perguntar: Como um Conselho com atribuições tão relevantes – como as já indicadas e listadas no item 2 anterior – e com capacidade para tratar de todas as questões essenciais relativas à cidade e às condições que garantam a melhor qualidade de vida poderia não ter o poder de tratar do procedimento que trata de sua própria composição?!

E não se deve admitir questionamentos simplórios tais como: *“mas no Conselho estão conselheiros que possuem interesse na matéria e no resultado de sua composição e isso poderia ferir o equilíbrio das partes!”*. Tais argumentos, já postos de forma ousada pelo senhor gestor municipal, na verdade tenta mascarar ingenuamente o que não pode ser escondido: o próprio interesse da atual gestão nessa composição desequilibrando, aí sim, o jogo, o que pode ser mais facilmente neutralizado ou gerenciado por um colegiado!

A regulamentação colegiada poderia evitar riscos e aumentar a legitimidade e credibilidade do processo.

No entanto, apesar de advertido pelo Ministério Público e outras entidades, o gestor municipal não encaminhou ao Conselho a matéria para deliberação do plenário, ao contrário, promoveu mesmo o esvaziamento do quórum para inviabilizar a última reunião do colegiado e para assim impossibilitar o tratamento da matéria definitivamente e seguiu como se estivesse

instalando um novo Conselho e sem a existência do colegiado, como na primeira forma em 2018.

O Sr. Prefeito, usurpando as atribuições do Conselho, tomou para si o que é atribuição do Plenário do CDU! Efetivamente, não está entre as atribuições do Presidente do CDU essa tarefa, como se vê no Regimento Interno:

Art.30 . Ao Presidente compete:

I - solicitar a elaboração de estudos, informações e posicionamento sobre temas de relevante interesse público no âmbito do Desenvolvimento Urbano;

II - instituir as Câmaras Técnicas Setoriais e seus participantes;

III - convocar e coordenar trabalhos de Conferências Municipais da Cidade, podendo delegar essa atribuição ad referendum do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CDU).

IV - proceder à distribuição dos processos designando relatores;

V - providenciar diligências determinadas pelos relatores ou pelo Plenário e instalar Grupos de Trabalho para auxílio das matérias em debate;

VI - assinar as atas das sessões, bem como Resoluções e Pareceres do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CDU).

De fato, não fosse essa atitude, teria, mesmo na hipótese da dúvida, encaminhada a questão para a deliberação pública de acordo com o Regimento Interno:

Art.43. Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelo Plenário.

E

Art.15. Compete ao Plenário: (...)

V - autorizar o Presidente a tomar medidas para garantir o regular funcionamento do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CDU) em situações não previstas neste Regimento Interno;

Essa a primeira violação das regras e do direito aqui posta para análise de V.Exa.

Assim, no dia 30/10/2020, foi instituída a Comissão Eleitoral do Conselho de Desenvolvimento Urbano, através do Decreto nº 97.645, de 27 de outubro de 2020 (DOM nº 14.109 de 29/10/2020), sob a coordenação da Sra. Davina Bernadete Oliveira Lima - presidente da Comissão Eleitoral do CDU; e integrada pela Sras. Glace Aragão Albuquerque e.

Ellen dos Reis de Alencar e pelo Sr. Carlos Augusto Pereira Rodrigues Filho, sem que tal decisão tenha sido sequer ventilada no Conselho ou em qualquer de suas Câmaras.

4. PREVISÃO DE PRAZOS CURTOS PELO EDITAL PARA DIVULGAÇÃO E INSCRIÇÃO DE ENTIDADES INTERESSADAS

No dia 09/11/2020, foi publicado no Diário Oficial do Município o **EDITAL Nº 001/2020 - Comissão Eleitoral do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CDU) - RETIFICADO 01**, disciplinando o processo e os critérios para inscrições às eleições.

Em boa parte do texto as normas não discreparam dos normativos legais ou lógicos para o processo de escolha. Porém, os prazos do processo ficaram evidentemente curtos demais, especialmente em um período de pandemia e quarentena e concorrendo ainda com o processo eleitoral das eleições municipais!

De fato, o edital foi publicado no dia 9/11 com previsão de encerramento das inscrições no dia 19/11:

8. As entidades e movimentos sociais e populares deverão protocolar sua inscrição mediante preenchimento de Ficha de Inscrição disposta no sítio oficial da Prefeitura Municipal de Belém (www.belem.pa.gov.br) e entregá-la presencialmente na Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão (SEGEP), localizada na Avenida Governador José Malcher, nº 2110, São Brás, a partir da data de publicação deste edital até o dia 19 de novembro de 2020, considerando os dias úteis, no horário das 09:00h às 13:00h, nos termos deste edital.

Destaque-se ainda que tais procedimentos deveriam ser presenciais e em plena quarentena e segunda onda da Pandemia da Covid-19!

Esses fatos podem ter afetado de forma decisiva a participação pública no processo, tanto que, para alguns segmentos, não houve o número de interessados suficientes para que fossem preenchidas todas as vagas, como é o caso do segmento dos Sindicatos em que houve a inscrição de apenas um interessado para duas vagas... abrindo ensanchas para que o próprio Executivo preencha tais vagas, de forma irregular como será demonstrado no item seguinte.

Essa a segunda violação das regras e do direito aqui posta para análise de V.Exa.

5. PREVISÃO PELO EDITAL DE CONVITE E NOMEAÇÃO DE ENTIDADE QUE NÃO PARTICIPOU DO PROCESSO DE ESCOLHA

Talvez já prevendo tais resultados em razão da situação anterior, há uma flagrante ilegalidade no item citado abaixo:

"12. Em caso de não haver entidades ou movimentos sociais e populares representantes para completar as vagas previstas no item 5.1, a Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão (SEGEP) convidará entidade ou movimento social voltado ao seguimento para assumir o lugar vago no Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CDU), mediante apresentação dos documentos previstos no item 8.3."

Lê-se claramente que tal previsão não tem fundamento legal e afronta mesmo o basilar bom senso.

Em que previsão legal se fundamenta uma norma que evidentemente extrapola o alcance de um mero regulamento do processo de escolha elaborado por uma Comissão meramente executiva?! Nem as leis e nem mesmo o Regimento Interno do Conselho autorizam a existência dessa norma!

Portanto, nem a Segep, nem mesmo o Prefeito Municipal podem convidar e nomear entidades para suprir a eventual falta de entidades em números suficientes. Nesse caso, se houver, deve ser reaberto o processo e se ampliar a divulgação aos interessados.

Essa a terceira violação das regras e do direito aqui posta para análise de V.Exa.

6. HOMOLOGAÇÃO DE ENTIDADES QUE NÃO COMPROVARAM O CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS

A partir das inscrições pelas entidades, o signatário solicitou à Comissão Eleitoral acompanhamento do pleito, novamente em razão das atribuições do Ministério Público.

Ao recebermos, no dia 25/11, a listagem das entidades que tiveram suas inscrições cadastros deferidos identificamos, dentre vários critérios estabelecidos, que a maioria das entidades aprovadas a participar da eleição não possui objetivo específico ou mesmo genérico que alcance a atuação do Conselho de Desenvolvimento Urbano – o critério essencial para garantir a regularidade de sua participação legítima no colegiado.

O item 7 do EDITAL Nº 001/2020 - Comissão Eleitoral do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CDU) - RETIFICADO 01 (DOM Ano LXII - Nº 14.115 – 09/11/2020) corretamente prevê que:

“As entidades e movimentos sociais e populares a serem cadastradas devem, obrigatoriamente, ter objetivos ou atividades relacionadas ao planejamento e desenvolvimento urbano no Município de Belém”.

Assim, conforme relação de entidades apresentada e documentação relacionada, as seguintes entidades não apresentam cumprimento ao item 7 do edital:

- a) **ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO RESIDENCIAL PARQUE DOS PINHEIROS**
- b) **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO DO GUAMÁ**
- c) **CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA DA 9ª REGIÃO PA/AP**
- d) **CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO PARÁ**
- e) **CRECHE CASA LAR CORDEIRINHOS DE DEUS**
- f) **ASSOCIAÇÃO DO RESIDENCIAL PAULO FONTELLES**
- g) **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARÁ**
- h) **ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CARMELÂNDIA**

Dessa forma, como tais Entidades não possuem entre seus objetivos e atividades o planejamento e desenvolvimento urbano no Município de Belém não poderiam ter suas inscrições homologadas e devem ser retiradas do processo.

Apesar disso, tais entidades receberam da Comissão Eleitoral a homologação de suas inscrições, em ato eivado de vício e sem fundamentação legal e publicado no site da Município no dia 30/11!

Essa a quarta violação das regras e do direito aqui posta para análise de V.Exa.

7. DA IMPERIOSA NECESSIDADE DE OBTENÇÃO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA ANTECIPADA

Mesmo com todos os vícios está prevista para os dias 03 e 04 de dezembro de 2020 a eleição e posterior nomeação dos representantes das entidades da sociedade civil para compor o Conselho de Desenvolvimento Urbano de Belém, inclusive com convite e nomeação de entidades que sequer participaram do processo em razão de número insuficiente de inscritos:

“14. As eleições serão conduzidas pela Comissão Eleitoral e ocorrerão presencialmente, com transmissão online, nos seguintes dias e horários:

- a) Dia 03 de dezembro de 2020, das 08:00h às 12:00h, eleição dos representantes da classe trabalhadora;
- b) Dia 03 de dezembro de 2020, das 14:00h às 18:00h, eleição dos representantes dos movimentos sociais e populares;
- c) Dia 04 de dezembro de 2020, das 08:00h às 12:00h, eleição dos representantes da classe empresarial;
- d) Dia 04 de dezembro de 2020, das 14:00h às 18:00h, eleição dos representantes das instituições científicas, tecnológicas e dos conselhos de classe.”

Para que essa pressa em fazer tais escolhas agora, baseadas em normas e decisões evidentemente ilegais? Para atender a que interesses há que se concluir tudo antes do dia 31 de dezembro, posto que compor o Conselho não tem nenhum sentido de urgência?... O contrário, no entanto, é verdade: certamente essa pressa e açodamento colocam em risco a legitimidade e legalidade a composição do Conselho, como já demonstrado.

O Código de Processo Civil brasileiro, em seus artigos 294 e 300, §2º, estabelece que:

Art. 294. A **tutela provisória** pode fundamentar-se em **urgência** ou evidência.

Parágrafo único. A **tutela provisória de urgência**, cautelar ou **antecipada**, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental.

Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a **probabilidade do direito** e o **perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo**.

§ 2º A **tutela de urgência** pode ser **concedida liminarmente** ou após justificação prévia. (destacamos).

Como se vê, tais regras de nosso atual Estatuto Processual Civil (já contempladas, com algumas diferenças sutis, no art. 273 do CPC/1973) nada mais fizeram do que ampliar, para todo e qualquer processo, as possibilidades de concessão de tutela provisória de urgência tendentes a antecipar o julgamento de mérito das demandas, algo que, no sistema de tutela de direitos e interesses coletivos e difusos, já há muito se encontrava assegurado, haja vista o disposto no art. 12 da Lei n. 7.347/1985 (Lei da Ação Civil Pública) e no art. 84, §3º, da Lei n. 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor):

Art. 12. **Poderá o juiz conceder mandado liminar**, com ou sem justificação prévia, em decisão sujeita a agravo.

Art. 84. Na ação que tenha por objeto o cumprimento da obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento.

§3º **Sendo relevante o fundamento da demanda e havendo justificado receio de ineficácia do provimento final**, é lícito ao juiz **conceder a tutela liminarmente** ou após justificação prévia, citado o réu.

Necessário se apresenta, portanto, para a obtenção da tutela de urgência antecipada de que tratam os transcritos dispositivos legais, tão somente a demonstração da **probabilidade do direito postulado**, bem como do **perigo de concretização de dano irreparável ou de difícil reparação**, caso não concedida liminarmente a tutela requerida.

Ora, os fatos narrados nesta peça são suficientes para demonstrar que a manutenção do processo de escolha nas datas indicadas dos conselheiros representantes da sociedade civil com todos os vícios demonstrados, bem como sua nomeação, é situação que, obviamente, apresenta-se como incabível, e que, por conseguinte, permite-nos caracterizar, cabalmente, o chamado *fumus boni juris*, ou seja, **o suporte jurídico necessário para a concessão de medida liminar**.

Perfeitamente caracterizado também se encontra, por conseguinte, o outro requisito exigido para a concessão da antecipação de tutela que se está a requerer, qual seja, **o periculum in mora (perigo de dano ou de difícil reparação)**.

Desse modo, provada a **relevância do fundamento** da presente ação, assim como demonstrado existir **justificado receio de ineficácia do provimento final** (evidenciados, pois, a **probabilidade do direito** e o **perigo de dano ou risco ao resultado**

útil do processo, tal como exigido pelo art. 300, *caput*, do CPC), **requer o Ministério Público** seja determinado ao Município de Belém, **liminarmente**, que:

1. Suspenda imediatamente o processo de escolha das entidades da sociedade civil para compor o Conselho de Desenvolvimento Urbano de Belém, em andamento;

2. Se abstenha de realizar qualquer atividade de escolha e nomeação de conselheiros com base nesse Edital;

3. cancela o EDITAL Nº 001/2020 - Comissão Eleitoral do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CDU) - RETIFICADO 01 e conseqüentemente o processo de escolha das entidades da sociedade civil nele previsto;

8. OS PEDIDOS:

Por todo o exposto, requer o Ministério Público do Estado do Pará:

- I- a **concessão, *inaudita altera pars*, da tutela de urgência antecipada requerida no tópico anterior desta peça**, haja vista os sólidos fundamentos ali expostos;
- II- a cominação de multa diária para a hipótese de não cumprimento tempestivo da decisão concessiva da tutela provisória de urgência, em valor a ser fixado por esse Juízo, mas que se requer não seja inferior a R\$-10.000,00 (dez mil reais), multa essa que se requer seja imposta, igualmente, a quem se encontrar no exercício da função de chefe do Poder Executivo municipal, à Presidente da Comissão Eleitoral, a quem cabe dar efetivo cumprimento às obrigações de fazer e não fazer pleiteadas e a quem se pede a comunicação imediata da decisão;
- III- a citação do Município de Belém, na pessoa de seu representante legal, o Procurador-Geral do Município, para, querendo, oferecer resposta no prazo legal, sob pena de revelia;
- IV- a produção de todos os meios de prova juridicamente admitidos e, finalmente, que,
- V- ao final de seu regular processamento, **seja julgada integralmente procedente a presente ação, tornando-se, conseqüentemente, definitiva a tutela provisória de urgência** concedida em conformidade ao requerido no tópico anterior desta peça, ou seja, com a **condenação do Município de Belém a cancelar o Edital nº 001/2020 - Comissão Eleitoral do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CDU) - RETIFICADO 01 e conseqüentemente o processo de escolha das entidades da sociedade civil nele previsto e a promover novo processo de eleição ou escolha observando, rigorosamente, as disposições da Leis aplicáveis e tão somente, de acordo com os parâmetros aqui exaustivamente sustentados.**

É dado à causa, em cumprimento à obrigação legal, o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Esses são os termos em que se pede

E espera deferimento.

Belém, 2 de dezembro de 2020.

RAIMUNDO DE JESUS COELHO DE MORAES

Promotor de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Urbanismo de Belém

Anexos:

- Lei Municipal nº 9.313, de 31 de julho de 2017;
- Decreto Municipal nº 97.645 de 27 de outubro de 2020;
- Resolução nº 001 de 22 de janeiro de 2019 - Regimento Interno do CDU;
- EDITAL Nº 001/2020 - Comissão Eleitoral do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CDU) - RETIFICADO 01 (DOM Ano LXII - Nº 14.115 – 09/11/2020);
- Ofício do MP - 20.294- PMB- Eleição CDU assinado
- Ofício do MP - 20.307 - COM ELEITORAL CDU assinado
- Ofício do MP - 20.323 - COM ELEITORAL CDU assinado
- Anexo - Documentações apresentadas pelas entidades sem demonstrar o cumprimento do item 7 do EDITAL Nº 001/2020 - Comissão Eleitoral do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CDU) - RETIFICADO 01 (DOM Ano LXII - Nº 14.115 – 09/11/2020):
 1. ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO RESIDENCIAL PARQUE DOS PINHEIROS;
 2. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO DO GUAMÁ;
 3. CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA DA 9ª REGIÃO PA/AP;
 4. CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO PARÁ;
 5. CRECHE CASA LAR CORDEIRINHOS DE DEUS;
 6. ASSOCIAÇÃO DO RESIDENCIAL PAULO FONTELLES;
 7. CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARÁ;
 - ...8. ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CARMELÂNDIA.
- Ofício do MP - 20.324 - COM ELEITORAL CDU assinado
- HOMOLOGAÇÃO-FINAL-INSCRIÇÕES-ELEIÇÃO-CDU-2020

A documentação relativa ao processo de escolha do CDU se encontra disponível no link: <http://ww4.belem.pa.gov.br/index.php/conselho-municipal-de-desenvolvimento-urbano/>